

Congresso dará respaldo para acordo

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, desempenhará a função de principal negociador junto aos credores externos e Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de um total respaldo do Congresso Nacional, ao contrário da gestão anterior, que apenas participava o Parlamento dos termos das negociações depois de fechadas.

Segundo explicou ontem o secretário geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, o ministro da Fazenda exporá no dia 8 de maio ao Congresso a real situação financeira do governo e levará propostas de quatro pontos para financiar o déficit consolidado de Cr\$ 53 trilhões, esperados para este ano, sendo que a receita tributária foi revista para Cr\$ 122 trilhões e as despesas atingem a casa dos Cr\$ 175 trilhões.

Assim, o ministro dirá que para administrar o "rombo" de caixa do Tesouro Nacional seriam necessárias medidas combi-

nadas de emissão de moeda, aumento da dívida pública, elevação de receitas com novos impostos (ou aumento de alíquotas) e cortes de despesas. Ao Congresso Nacional, porém, caberá definir o grau de utilização de cada um desses instrumentos e a partir da linha que o Parlamento der à política econômica é que o ministro da Fazenda finalizará um acordo com o FMI.

INSTRUMENTOS

O Executivo, segundo Vital, não levará propostas detalhadas do uso dos quatro instrumentos disponíveis para não conduzir o Congresso a uma determinada solução. A intenção, como ele reforçou, é dar total grau de liberdade ao Parlamento e opinar apenas no nível de assessoramento. Esta inovação na condução dos assuntos da área externa dará ao ministro da Fazenda a força necessária para se contrapor à clara intenção do FMI de endurecer o jogo com o Brasil. É óbvio, porém, que a decisão do Congresso Nacional terá de estar na direção de uma linha



Sebastião Marcos Vital

de ajustamento da economia e a previsão do secretário geral do Ministério da Fazenda é de que as determinações da classe política deverão "facilitar as negociações".

Não há pressa para a elaboração do acordo externo, seja com o Fundo, seja com os bancos. "Todos os prazos são discutíveis e não existe um cronograma que seja linha de morte", ponderou Vital, lembrando que mesmo o prazo de rolagem da dívida, nos termos da fa-

se II da renegociação com os bancos ("stand-still") que termina no dia 31 de maio, será prorrogado. Espera-se que, quarenta dias após a exposição do ministro, prazo para a tramitação em regime de urgência, as definições do Congresso sejam conhecidas. Antes disso seria difícil imaginar um acordo final com o FMI. E, como disse o secretário geral do Ministério da Fazenda, "se o Congresso optar por uma linha de política econômica, ele saberá exatamente quais são as consequências junto ao Fundo e aos credores externos", mas garantiu que "o Congresso vai tomar decisões necessárias e politicamente possíveis, independentemente do fundo".

POLÍTICA ECONÔMICA

Além dessa moldura de curto prazo que será dada à política econômica, o governo está investindo em outros dois pontos: o plano de governo que se traduzirá na prioridade social, abarcando o período do mandato presidencial e a montagem do orçamento

fiscal (possivelmente já feito dentro do princípio da unicidade orçamentária) que terá de ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, para ser aplicado em 1986.

Nesse meio tempo, segundo Marcos Vital, será delineado o programa de emergência contra a miséria e a fome, de curtíssimo prazo. Este, na óptica do secretário geral, trata-se apenas de uma "mera realocação de recursos já previstos no orçamento fiscal deste ano". Inicialmente, para uma receita prevista de Cr\$ 82 trilhões, o orçamento previa a aplicação de Cr\$ 7 trilhões na área social. Com a revisão das receitas e despesas já feita por este governo, com base numa taxa de inflação superior a 200%, esta cifra certamente crescerá.

COPAG

Mas Vital não soube precisar para quanto, lembrando, porém, que o programa elaborado pela Copag mencionava uma aplicação de Cr\$ 14 trilhões na área social. O tamanho definitivo dos recursos será fruto de uma "decisão política" do governo Sar-

ney e deverá passar, possivelmente, pelo crivo do Congresso Nacional.

Marcos Vital comentou, ainda, a validade da política de controle de preços, exercida pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que revelou uma contribuição forte para a queda da inflação em abril. Estima-se que o Índice Geral de Preços (IGP) poderá situar-se em 7,9% neste mês e, segundo o secretário geral, a política de controle de preços deverá durar o período que for necessário para que a inflação aprofunde a tendência de queda. Explicou, também, que a fórmula da correção monetária, que é determinada pela média geométrica da inflação de três meses passados, deverá durar pelo menos três meses e somente após esse período é que o governo decidirá se ela precisa ser modificada ou não. Ele acredita que a diferença prevista entre a correção monetária e cambial de 11,8% e a taxa de inflação de 7,9% "tem espaço para se acomodar" e não trará prejuízos irreparáveis às empresas que vivem em dólares.